
A escola como suplência e produtora de subjetividade

Allan Martins Mohr

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2011)

Doutorando em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2015-2018)

Psicólogo – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Docente de Psicologia – Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve discussão acerca da possibilidade de se pensar a escola, ou melhor, o pertencimento de um sujeito psicótico a uma instituição de ensino como metáfora de suplência à forclusão do Nome-do-Pai e, por conseguinte, produtor de subjetividade. Apresentamos algumas considerações acerca da estrutura psicótica para a psicanálise, e um recorte clínico para pensar a discussão proposta; e concluímos que o referido pertencimento é capaz de fazer função de suplência para esses alunos.

Palavras-chave: Psicanálise. Psicose. Escola. Inclusão. Subjetividade.

Abstract

This article aims to present a brief discussion about the possibility of thinking the school, or rather, the membership of a psychotic subject to an educational institution as substitutive metaphor to foreclosure of the Name-of-the-Father, and therefore producer of subjectivity. We present some considerations about the psychotic structure for psychoanalysis, and a clinical clipping to think the discussion proposed; and concluded that such membership is able to develop a substitute function for these students.

Keywords: Psychoanalysis. Psychosis. School. Inclusion. Subjectivity.

A escola como suplência e produtora de subjetividade¹

(...) deveria ter sido julgado. E, se tivesse de ser julgado, teria de responder.

Louis Althusser (1992, p. 21).

Assim começa o “livro-resposta” intitulado “O futuro dura muito tempo” de Louis Althusser, assassino declarado de sua esposa. Homicídio este, ocorrido durante um surto psicótico. O filósofo, “beneficiado” em seu julgamento por ser considerado inimputável, ou seja, não poderia ser julgado por ter cometido o crime em um estado onde não tinha plena consciência de seus atos, ainda escreve: “este livro é essa resposta à qual, de outra forma, eu teria sido submetido. E tudo o que peço é que isso me seja concedido; que me concedam agora o que então poderia ter sido uma obrigação” (1992, p. 21).

¹ Este artigo tem como base a Comunicação Oral realizada em 2013 na VIII Jornada de Saúde Mental e Psicanálise da PUCPR.

Reparem que o autor não pede uma absolvição. Sabe o que fez, muito embora não soubesse o que fazia. Mas interessante como o relato de sua história e de seu ato é considerado por ele uma resposta. Apenas uma resposta, uma justificativa, talvez? Mas para quem? A quem é endereçada sua resposta?

O que sabemos, através dos estudos psicanalíticos é que a escrita de um texto, mais ainda se for um texto que seja lido de fato pelo outro, faz uma função importantíssima para um sujeito com uma estrutura singular como a psicótica. Assim foi com o presidente da corte de apelação de Dresden, Daniel Paul Schereber, e assim também o é com Althusser.

Na introdução às suas “Memórias de um doente dos nervos”, Schereber (2010) escreve:

Considerando que tomei a decisão de, em um futuro próximo, solicitar minha saída do sanatório para voltar a viver entre as pessoas civilizadas e na comunhão do lar com minha esposa, torna-se necessário fornecer às pessoas que vão constituir meu círculo de relações ao menos uma noção aproximada de minhas concepções religiosas, para que elas possam, senão compreender plenamente as aparentes estranhezas de minha conduta, ter ao menos uma ideia da necessidade que me impõe tais estranhezas. (p. 29).

Também Schereber explica a função de seu texto para o leitor como uma resposta, quase uma justificativa para suas loucuras. Com suas “memórias” expostas

para a leitura dos outros, ele se justifica, fica justo. Ele expõe ao outro o que se passa dentro de sua mente e espera, assim, ser compreendido, ou ao menos dar ao outro uma ideia do que acontece.

É interessante notar como os pacientes psicóticos usam das sessões de análise também como um espaço de explicação, ou melhor, de relato. Recordo de uma paciente que, apesar de sua assiduidade notável nas sessões, por vezes ficava apenas cinco ou sete minutos e utilizava esse curto e precioso tempo para me contar como havia sido suas visitas a outros mundos durante a semana, o que havia feito e as pessoas que ajudara.

É fato que alguns mecanismos podem auxiliar na estabilidade de um sujeito psicótico e essa discussão já foi muito bem explorada por diversos psicanalistas. Mas o que nos propomos nesse trabalho é pensar outro mecanismo que, acreditamos, pode também entrar no leque de substitutos, no leque de significantes que venham a fazer suplência ao Nome-do-Pai, a saber, o pertencimento de um sujeito em uma instituição de ensino.

A escola, como nos diria Kupfer (2001), é o mecanismo social que possibilita outorgar ao pequeno ser, o título de criança. Em suas palavras: “Quem está na escola pode receber o carimbo de criança” (p. 92). Mas qual a função de se ter um carimbo, ou melhor, de se ter outorgado um título para um psicótico?

Philippe Julien (2002), em seu texto “Psicose, perversão, neurose”, nos explica que a publicidade de seu próprio nome é um dos mecanismos possíveis de proporcionar estabilidade a um sujeito psicótico. E somado ao que vimos acerca de Schreber e Althusser, o autor nos lembra de Joyce e afirma:

Ser um sintoma, ser uma personalidade: Joyce conseguiu isso fazendo-se um nome no público. Assim, seu ego tem função de sintoma como suplência e compensação à psicose, isto é, à não-nodulação de RSI. (...) Joyce é esse quarto elemento por seu nome próprio. (...) ele pôde editar sua escrita e fazer-se ler pelo público. Assim, conseguiu realizar sua esperança: que os universitários falem dele! (...) Foi por aí que Joyce pode evitar delirar. (p. 85).

A psicose, através do entendimento psicanalítico principalmente proporcionado por Lacan, pode ser pensada como uma falha da instauração de um ordenador primevo, ou em outras palavras, o significante Nome-do-Pai. O Nome-do-Pai, por sua vez, é esse significante que Julien considera como um dos “significantes fundamentais da existência humana” (p. 48). É o significante da paternidade enquanto função que possibilita ao novo sujeito desaparecer-se do que o amarra ao especular e autoriza-o a aventurar-se no desconhecido “tendo por único apoio a lei do significante inconsciente” (p. 48).

Em palavras menos técnicas, o Nome-do-Pai é a base inicial, é o gancho na rocha em que irá se prender a corda de escalada (a cadeia significante, os outros S – S2, S3, Sn) e que acompanhará o sujeito em sua jornada pela vida. Se esse gancho falta, a corda não pode ser amarrada e como a corda é o que garante ao sujeito sua caminhada pelo mundo simbólico, ele precisará encontrar outro ponto de amarração. Algo que venha fazer suplência ao gancho inexistente. Alguns amarrarão sua corda na corda de outro escalador; outros num fino galho de uma árvore; e cada qual terá suas consequências. Por exemplo, se esse galho se rompe, por assim dizer, uma psicose pode ser desencadeada. Como ainda definiria Julien, aquilo que um dia serviu de suporte, falha. Em suas palavras, através da metáfora das estradas, ele diz:

(...) há duas maneiras de ir de carro de Mantes a Rouen: a estrada nacional 15 ou as estradas dos departamentos. Ora, essas estradas não tem a mesma função. (...) Assim, como a grande-estrada em relação às cidades, o significante [Nome-do-Pai] é primeiro (...). Mas, se o significante faltar, então é preciso a ele suplementar adicionando significações, uma após a outra, como aldeias, e com o risco de enganar-se na adição... e na leitura dos avisos da estrada e dos painéis indicadores. (p. 53).

Dessa forma, suplência é a entrada de um significante substituto àquele que falta. Fazer suplência

é fazer vez de Nome-do-Pai. É fazer tentativa de cura, de reparação a um gancho que não está onde deveria. Como diria Colette Soler (2007), “ali onde o Nome-do-Pai foracluído não promove a significação fálica, advém uma significação da suplência” (p. 187).

Por trabalhar com alunos universitários, tenho a possibilidade de escutar sujeitos de diferentes condições psíquicas e pensar a função que faz para cada um o fato de assumirem em suas vidas o papel de estudantes. Apesar de serem, em sua grande maioria, sujeitos neuróticos envolvidos em seus conflitos os quais escuto, por vezes deparo-me com sujeitos psicóticos que estão em surto ou iniciando um quadro de alucinação e delírio.

Certa vez conversei com Bruno², aluno que cursava engenharia e havia sido recém-transferido de uma universidade a outra. E antes daquela, havia passado por algumas outras sempre saindo de maneira delicada de cada instituição. Escutei-o algumas vezes e também seus professores. Ninguém sabia o que fazer. Não sabiam como agir frente a alguém que estava subindo uma montanha sem ponto de apoio. Seu discurso era confuso e por vezes ameaçava alguns colegas com uma fala extremamente violenta.

Meu trabalho basicamente era escutá-lo. Muitas vezes apenas como alguém que estava ali para

conversar e ajudá-lo a entender os mecanismos burocráticos da universidade. Mas apostando que essa escuta diferente faria uma diferença. De fato, as ameaças diminuíram, mas as confusões mentais aumentaram. Tendo em consideração que nosso objetivo não é analisar seu caso, mas entender a função da escola para este sujeito, devo finalizar este breve relato dizendo que eu era como seu secretário, ou sua lixeira – como disse Lacan (2008). Além disso, cabe ressaltar que Bruno em seu primeiro semestre na instituição reprovou em várias disciplinas; contudo, de acordo com seus professores, no semestre seguinte estava indo muito bem e no final do ano, para surpresa da equipe, o aluno tinha dado conta da maioria das matérias.

O caso de Bruno serviu para que se fosse possível refletir sobre qual poderia ser a função da escola para um sujeito psicótico, principalmente em épocas de chacina nas instituições educacionais pelo mundo afora e inclusive no Brasil. Aliás, essa era uma das ameaças que Bruno realizava. Trazer armas e matar seus colegas. O que a equipe pode refletir é que também a escola, ou melhor, o pertencimento a uma escola e a possibilidade de ser escutado por essa escola, ou por um representante seu, parece também poder fazer suplência à forclusão do Nome-do-Pai.

2 Nome fictício.

Como explica Julien (2002) acerca do fazer-se um nome no público, entendo que Bruno pode construir também um nome próprio enquanto estudante, reconhecido por uma instituição pública (e entendo que toda instituição de ensino possui esse caráter público, mesmo particular). Dessa forma, o acolhimento que a universidade fez de Bruno e de suas questões possibilitaram um lugar suportável para sua loucura e seu discurso, teve um papel primordial para a estabilização do sujeito. Não só a universidade proporcionou um ambiente onde ele pode ser escutado, mas mesmo frente aos percalços não retrocedeu e continuou a bancar o espaço dele na posição de aluno. Isso nos ficou claro em um dos momentos mais críticos da passagem de Bruno pela instituição. Certa vez Bruno iniciou um surto em sua casa; perdeu o chão e seus ganchos. Por mais longe que fosse, ele andou até a

universidade (e lá se vão bons quatro quilômetros, mais ou menos) para surtar dentro daquele ambiente específico.

Freud (1911/1996), em sua análise do livro de Schereber, deixa claro para nós que o delírio é uma tentativa de cura do sujeito psicótico, e afirma: “a formação delirante, que presumimos ser o produto patológico, é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução”

(p. 78). Nesse sentido, o delírio de Schereber, por exemplo, sobre ser o redentor da humanidade ao copular e ter filhos com Deus é uma metáfora que faz suplência ao Nome-do-Pai; é um significant substituto. Assim como também o é o livro publicado de Joyce. No caso de Bruno, por sua vez, penso ser possível dizer que o espaço que ele conquistou na universidade como aluno, reconhecido por essa instituição também fez suplência.

Ademais, poder ter me colocado como um outro Outro para Bruno, com uma escuta diferenciada daqueles que, para ele, eram perseguidores, possibilitou também que o aluno entendesse a universidade como um Outro lugar, diferente das experiências em instituições que havia tido antes.

Se, como afirma Soler (2007) “a psicose e seus fenômenos, assim como os da neurose, têm uma estrutura de linguagem, mas o sintoma psicótico não é uma metáfora” (p. 195), por conseguinte, possibilitar a elaboração de uma metáfora própria, uma metáfora delirante ou outra que substitua o Nome-do-Pai foracluído é a tentativa analítica de favorecer uma estabilização para o psicótico. Assim, acredito que receber um carimbo de aluno (não apenas de criança, como nos diria Kupfer), reconhecido por uma instituição sempre pública porque de ensino, é também uma possibilidade de criação de uma

metáfora de suplência para este sujeito psicótico. “Nas outras escolas eles não gostavam de mim, aqui não sinto isso, os alunos são diferentes”, me disse certa vez outro estudante, depois de algum tempo de atendimento. Ali ele foi reconhecido também como um aluno. Um entre vários, que naquela instituição circulam.

Ainda nas palavras de Soler (2007):

A metáfora é um princípio de estabilização. Ela cria um ponto de parada no deslizamento do significado sob o significante (...) 'ponto de basta'. (...) A metáfora é justamente o que permite fixar, 'reter' a significação. (...) [Mas] não é qualquer metáfora que nos interessa, mas uma metáfora especial, aquela que é passível de metaforizar um 'significável' especial. (...) a pergunta que a significação metafórica deve responder é: 'Que sou eu aqui?' (p. 196 – 197).

É fato que muito mais poderia ser explorado e pensado sobre essa possibilidade, a de ratificar o pertencimento de um sujeito psicótico numa instituição de ensino e conseqüentemente o reconhecimento da instituição deste sujeito-aluno como uma suplência possível. Entretanto, penso que os primeiros passos foram aqui lançados e o desafio posto. Desafio para aqueles que trabalham em ambientes escolares, regulares ou inclusivos, de pensar a possibilidade de acolher e favorecer aos sujeitos psicóticos um ambiente

que além de instrutivo possa vir a ser organizador de sua vida psíquica. Acolhedor ao invés de perseguidor.

Enfim, auxiliar a responder à pergunta: “Que sou eu aqui?” “Talvez possa ser um aluno”. E depois de aluno, formado. Formado: interessante pontuar que nos atendimentos fica claro que, esse, nunca é um significante à toa!

E para aqueles que toparem o desafio, por assim dizer, cabe algumas palavras finais retiradas de Soler (2007): “Se o analista acolhe a singularidade do sujeito psicótico, como a de qualquer outro sujeito, não é como agente da ordem, e a sugestão não é o instrumento que ele usa. Entretanto, quando ele se dispõe a escutar e a suportar aquele que não é escravo da lei fálica, resta-lhe ainda medir os riscos que ele assume em cada caso, tanto para si mesmo quanto para outras pessoas” (p. 191 – 192).

Por conseguinte, oferecer um ambiente acolhedor ao sujeito psicótico; um espaço que possa ajudar a organizar uma nova metáfora que sustentará sua cadeia significante pode ser um dos mecanismos possíveis para a inclusão de alunos psicóticos. Auxiliar esses alunos a receberem e aceitarem o nomeador comum a todos aqueles que o circundam, e assim poder se reconhecer e se dar a reconhecer ao outro não mais como “o perigoso”, “o doente”, “o excluído”, mas apenas como “um aluno”.

Referências

- Althusser, L. (1992). *O futuro dura muito tempo / Os fatos*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Freud, S. (1911/1996). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In. _____. (1996). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Ed., vol. XII.
- Julien, P. (2002). *Psicose, perversão, neurose*: a leitura de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Kupfer, M. C. (2001). *Educação para o futuro*: psicanálise e educação. São Paulo: Escuta.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 3*: as psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Schereber, S. P. (2010). *Memórias de um doente dos nervos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Soler, C. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.